



Cadernos da Controladoria

Nova série Ano VII, nº 4 - dezembro de 2007

Modelos econômicos e corrupção: possíveis causas e conseqüências

Apresentação

A palestra de hoje encerra a série dos Seminários da Controladoria em 2007. Convidamos para isso o professor André Carraro, formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também concluiu seu doutoramento em 2003, na área de Economia da Corrupção. Desde esse período, ele desenvolve em conjunto com outros pesquisadores projetos de pesquisa, financiados pelo CNPq e pela Fapergs (a agência de fomento do Rio Grande do Sul), sobre o tema Economia Política da Corrupção.

André Carraro é professor desde 2005 da Universidade Federal de Pelotas, onde atualmente é chefe do Departamento de Economia. Também é parecerista da revista Economia, editada pela Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia) e da revista Estudos Econômicos, editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gostaria de agradecer ao professor André Carraro por ter aceitado o nosso convite e dizer que é um prazer recebê-lo aqui. Feitas as apresentações passo a palavra para ele.

Lino Martins da Silva

Controlador Geral do Município





André Carraro

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2007

Gostaria de agradecer à Controladoria Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro pelo convite, pela forma carinhosa como fui recebido aqui no Rio e por estar me proporcionando momentos de muita alegria, principalmente ao me oferecer a possibilidade de falar sobre uma coisa da qual gosto muito e que é parte do que tenho estudado nos últimos anos.

Desde 2002, em meio ao meu processo de doutoramento em Economia, comecei a ter contato com a literatura que relacionava a corrupção com a economia. Na época era uma coisa muito extravagante, motivo de risadas de todos os meus colegas. Alguém me perguntava o que eu estava fazendo e eu respondia que estava estudando corrupção. A pessoa geralmente respondia: "Então me ensina como se faz". Na verdade, eu estou tentando fazer o contrário: entender como desestimulo atos de corrupção e entender porque certas pessoas se motivam a entrar em relações corruptas.

Este processo, que era para ser apenas uma tese de doutorado, acabou nunca saindo da mídia. E entra ano e sai ano minha tese continua sempre atual. Assim, o meu plano de pesquisa acaba cada vez mais divulgado e presente na nossa vida cotidiana. Por causa disso, desenvolvemos e continuamos a trabalhar com o tema Economia da Corrupção - agora formando um grupo de pesquisa entre três instituições: a Federal do Rio Grande do Sul, a Federal de Pelotas e a Estadual do Rio Grande do Sul, com professores de diferentes áreas, para tentar criar no sul do País um grupo de pesquisa que seja referência nacional no estudo da Economia da Corrupção. Muito mais do que respostas ou verdades, o que nós temos até agora são dúvidas sobre quais são as motivações, as causas e as conseqüências para a sociedade quando essa sociedade se gere, como Estado, de uma forma corrupta.

Eu era adolescente na metade da década de 1980 e me lembro - isso é muito presente na minha memória - do processo de busca da redemocracia no Brasil. O movimento das Diretas Já foi um movimento no qual partidos, artistas e a sociedade se uniram, para sair às ruas. A maior parte de vocês também deve estar lembrada, deve ter participado, desse período em que a sociedade brasileira renovou as suas idéias. O que guardei daquele período foi que pelo menos dois problemas seriam diretamente resolvidos com a eleição direta para presidente. Havia na sociedade a convicção de que inflação e corrupção eram problemas de governos autoritários e, no nosso caso, militar. Por isso, podendo eleger o principal governante nós automaticamente resolveríamos o problema de inflação e o problema de corrupção. A nossa história demonstrou que tanto um quanto outro convivem muito bem com a democracia - inflação e corrupção convivem bem com a democracia.

Desde lá aprendemos algumas coisas: levamos 15 anos para aprender a combater a inflação mas ainda não sabemos como combater a corrupção. Neste tema, estamos apenas engatinhando, por isso temos ainda mais dúvidas do que respostas. Não temos uma agenda de pesquisa, de trabalho. Mas a realização de eventos como este, hoje, é que permite, estimula cada vez mais, que nós possamos desvendar as relações, a motivação, as causas e as conseqüências de como combater ou evitar ou desestimular as relações entre a sociedade e o Estado, que estão na base na corrupção.

Nesse ponto, eu posso desestimular vocês a continuarem na palestra. O que tenho é a construção de uma parte importante de conceitos e o desenvolvimento de um método de resultados, os primeiros que nos sinalizam para a relação de causalidade (o que está causando a corrupção) e para a relação de conseqüência. Esses resultados não são definitivos: novos projetos e novas pesquisas vão surgir para validar e sustentar, ou não, os resultados que encontramos até agora. Este é um campo completamente em aberto, no qual vocês participam diretamente e têm muito a contribuir. No final desta palestra, estará aberto o debate e talvez vocês possam me ajudar a sinalizar para onde devo ir nos projetos de pesquisa.

Que problema é este que desconhecemos? No Brasil, desde os anos 80 não houve governo federal algum que não tenha enfrentado pelo menos uma acusação, uma denúncia de envolvimento com corrupção. Partidos ditos de direita, partidos ditos de esquerda, da mais ampla maioria na Câmara, das mais diferentes motivações religiosas passaram pelo governo federal e todos saíram manchados com denúncias de envolvimento, de estímulo, à corrupção.

Qual é o tratamento dado nesses casos? Denúncia. Diversas capas de revistas semanais apresentaram, nesse período, denúncias de envolvimento da pessoa pública com escândalos de corrupção. Algumas dessas capas estão aqui reproduzidas. São pessoas que vocês vão lembrar - em casos que envolvem de alguma forma denúncias de fraudes, desvio de verbas públicas ou de criação de grupos de interesse dentro do governo.

Qual é o tratamento dado? Tradicionalmente, o nosso tratamento é: o crime é o indivíduo. Em todos os casos já abordados no Brasil, o problema está no indivíduo: diz-se que fulano é corrupto, sicrano é corrupto. Por que ele é corrupto? Porque tem falhas, deficiências em valores morais. Como o problema é o indivíduo, ele é retirado da função que ocupa, do cargo público, e está resolvido. Repetidamente temos que queimar capital político. Pessoas públicas, com informação pública, têm sido queimadas ao longo dos últimos anos por denúncias de envolvimento em escândalos de corrupção.

O problema não é o indivíduo, mas o tratamento que nós damos tradicionalmente para o problema está equivocado. O que causa a corrupção dentro do governo não é a deficiência da educação, dos valores

morais, não é um problema da família, da mãe e do pai que estão educando equivocadamente seus filhos que, quando chegam ao governo se comportam com uma conduta irregular. Também não é um problema de religião. O problema está na instituição e nos incentivos que estas pessoas recebem quando estão dentro desta instituição.

Essa é a abordagem econômica, que se separa da abordagem tradicional porque não identifica no indivíduo a origem do problema. Para nós, retirar alguém do governo não termina com o problema. Continuar fazendo esta mesma política significa continuarmos queimando capital humano e político que temos construído ao longo dos anos. E no final deste processo continuamos a receber novas denúncias de corrupção.

A teoria econômica tenta contribuir para entender esse problema de uma forma um pouco diferente. A base da teoria econômica está no pressuposto de que os indivíduos são racionais e se comportam de forma racional. Cada indivíduo tem um objetivo e vai agir de forma a atingir esse objetivo. Supostamente, nosso objetivo é maximizar a renda. Cada um de nós tem um objetivo na vida e para alcançar esse objetivo, satisfazer essa necessidade, precisamos de renda, assim cada um de nós tenta maximizar sua renda. É por isso que colocamos nossos filhos em bons colégios, é por isso que investimos em nosso capital humano, é por isso que tentamos fazer bons cursos e é por isso que nos esforçamos para conseguir promoções - simplesmente porque queremos maximizar nossa renda.

O corrupto também age assim. O corrupto age racionalmente tentando maximizar sua renda, mas faz isso de uma forma um pouco diferente do que fazemos. Não existe nada que nos separe. Tanto eu quanto o corrupto queremos atingir o mesmo objetivo: maximizar a renda. No entanto, o que nos torna diferente é que eu estou trabalhando e ele está ocupando uma função pública quando percebe que, a partir dela, pode ter benefícios privados.

Toda contribuição da economia está baseada nisso - na idéia de que todos agem de forma racional e, se puderem maximizar a renda, irão usar o seu esforço, a sua energia, para fazê-lo. Para alguns, se lhes for permitido, farão isso de forma corrupta, participando de relações corruptas. A partir desse incentivo da economia, o esforço principal da ciência econômica que estuda economia e corrupção é tentar encontrar uma relação causal (causa e conseqüências racionais) para esse fenômeno, tirando o foco do indivíduo e transferindo o foco principal para as relações existentes, principalmente nos incentivos que recebemos.

Para entendermos essa questão é fundamental que passemos a conceituar. Na falta de um conceito tudo pode ser corrupção - e aí caímos num vale comum. Existem três linhas principais que estudam corrupção: a sociologia e a antropologia, uma vertente jurídica e uma vertente econômica. Cada uma dessas vertentes tem uma agenda de pesquisa diferente e um conceito diferente sobre o que seja corrupção.

Os primeiros trabalhos são dos pesquisadores da sociologia e da antropologia, que dizem o seguinte: corrupção numa dada sociedade está ligada à sua formação. Então, se no Brasil temos uma maior incidência de corrupção do que em outros países, a causa está nas nossas origens. A formação do povo brasileiro, a formação da sociedade brasileira, se deu de tal forma que a relação entre sociedade e Estado é corrupta. Ela é hoje assim porque foi assim na nossa origem. O que causa a corrupção? Para esta vertente, a explicação está em variáveis culturais, está na cultura do povo, que passa de pai para filho de tal forma que o filho já aprende de pequeno que, para se dar bem na sociedade, ele tem que ser corrupto, aceitar a corrupção ou participar da corrupção.

Uma segunda linha de pesquisa, ligada ao Direito e às questões jurídicas, vai focar o problema do rompimento com a norma pública. Corrupção vai ser o desvio, a violação da norma pública. Qual é a causa da corrupção? Leis deficientes. As normas deficientes e a estrutura legal existente na sociedade permitem que pessoas se envolvam em relações corruptas. Qual é a saída? Como resolver o problema de corrupção? Mudando leis. A vertente jurídica vai dar este enfoque: temos que mudar as normas. Mudando as leis, mudamos ou diminuimos a incidência de corrupção.

A terceira vertente é a econômica e aqui estão os dois últimos conceitos da apresentação. O último conceito é utilizado e adotado pelo Banco Mundial, tende a ser o mais usual e o mais aceito. Para a vertente econômica, uma relação corrupta se dá principalmente pela presença de um representante do governo.

Toda e qualquer relação corrupta deve ter envolvimento de governo. Esse representante vai estar usando a sua função pública para a obtenção de algum benefício privado - que pode ser dinheiro, status, algum benefício para a família (para alguns dos seus dependentes) ou algum presente. De alguma forma, o representante do governo se relaciona com o representante da sociedade e percebe que pode usar sua posição para obter algum benefício.

Neste último conceito é onde a Economia se sente mais confortável, onde tem se desenvolvido os trabalhos, o que é dito até o momento. Relação corrupta deve ter o envolvimento de algum representante do governo. São duas partes envolvidas: o representante do governo e o representante da sociedade. Isso retira desta discussão (o que é um limite, uma deficiência desse conceito), as relações que envolvem apenas duas partes privadas - empresas e empresas.

Por exemplo: uma empresa de móveis utiliza tintas para pintar os seus móveis. Se o diretor de compras adquire um lote de tintas que sabe que é de pior qualidade, mas compra porque está recebendo do vendedor um benefício, essa relação é corrupta ou não? Para nós que estudamos economia da corrupção, não é corrupta: é um crime privado, que não tem nada a ver com governo e, portanto, nós não dizemos nada sobre o que causa e qual é a consequência disso. Talvez tenhamos que ampliar este conceito para incorporar nele relações de desvios de conduta que envolvam só agentes privados. Mas, atualmente, o conceito que temos é esse: para que seja corrupção, deve ter necessariamente a presença de um representante do governo e um representante da entidade civil.

Existem diversos modelos econômicos que tentam determinar a causa da corrupção. Vou falar sobre esses modelos e também vou apresentar alguns resultados. Antes disso, porém, quero ressaltar que existe uma ONG chamada Transparência Brasil, que promove algumas atividades de divulgação de corrupção no País. Algumas pesquisas foram feitas, entre elas aquelas que tentam saber da sociedade quais são os órgãos onde percebem maior possibilidade de corrupção. Foi apresentada uma lista de órgãos com algumas características peculiares: o que é demandado, o que é pedido (propina) e o que eles recebem. Deixem isto guardado na mente porque daqui a pouco eu volto ao tema.

Existem três modelos importantes em Economia que tentam explicar as causas de corrupção. O primeiro deles é o de que a origem da economia jurídica da corrupção está na relação com o crime privado. Os primeiros trabalhos tentam dizer o seguinte: corrupção é igual a um crime. E a causa da corrupção é a mesma causa de crime. A Teoria Econômica do Crime foi desenvolvida por um economista chamado Gary Becker. Ele tenta mostrar o seguinte: o criminoso é um agente racional porque maximiza sua renda. Só que em vez de trabalhar ele assalta, desenvolve habilidades para o assalto. A decisão de assaltar ou não depende de um problema de maximizar a sua renda, que envolve o benefício esperado e o custo esperado. O benefício esperado é o valor do roubo vezes a probabilidade de sucesso no roubo. O custo esperado é a pena do crime vezes a probabilidade de ser pego. O resultado dessa relação: se o benefício for maior que o custo vale a pena, em termos econômicos, ser um criminoso; se o custo for maior que o benefício não vale a pena ser criminoso. A decisão de ser ou não criminoso é uma decisão racional. Logo, vou calcular o benefício, o custo e pensar nisso antes de decidir - cometo um crime ou não?

A idéia é passar esta mesma relação para as relações de corrupção. Corrupção é um exemplo de crime onde cada funcionário que se envolve, que aceita participar de um esquema de corrupção, está maximizando a sua renda, ponderando os benefícios e os custos. Portanto, para diminuir a incidência de corrupção tenho que aumentar o custo. Para aumentar o custo, tenho que aumentar a probabilidade de ser pego. Para aumentar a probabilidade de ser pego tenho que ter fiscalização. A fiscalização vai aumentar o risco do envolvimento em relações corruptas e, com isso, aumentar o custo esperado da corrupção e tornar essa relação economicamente não viável.

A evolução desse modelo foi gerada porque, lá pelas tantas, percebe-se que na economia do crime existem algumas pequenas diferenças em relação à economia da corrupção. No crime temos que ter uma vítima: alguém é o assaltante, alguém é a vítima. Este jogo é chamado em economia de jogo não-cooperativo, ou seja, assaltante e vítima estão disputando alguma coisa. Pode ser um automóvel, um celular, enfim, estão disputando uma propriedade, um direito à propriedade. O assaltante quer pegar essa propriedade e a vítima não quer ser assaltada, entregar a propriedade.

Nas relações corruptas não temos vítima. A corrupção é uma relação de cooperação, onde ninguém grita "Pega o corrupto!" ou "Fui assaltado!". Toda e qualquer relação de corrupção e todo envolvimento numa relação de corrupção é envolvimento voluntário. E a transação somente se efetua quando as duas partes chegam a um acordo. Isso quer dizer que não existe vítima. Se existe uma vítima, esta será a sociedade, que é um ser abstrato nesta relação, está fora do jogo.

Isto faz com que a fiscalização seja muito difícil, porque não há denúncias. Quando você é assaltado quer denunciar, quer externar sua raiva, se indigna. Quando você faz parte de um processo, de uma relação que é baseada na corrupção, não existe ninguém indignado: ambas as partes estão satisfeitas. E a relação somente se efetuiu porque era a melhor coisa a ser feita para ambas as partes. Logo, ela fica escondida, em segredo. Como é que nós vamos fiscalizar algo que fica em segredo?

Esta separação da economia do crime da economia da corrupção levou ao desenvolvimento de uma segunda abordagem em economia, chamada Modelo de Agente Principal ou Modelo de Seleção Adversa, um problema encontrado em todo tipo de fiscalização ou de seleção. O problema da seleção adversa acontece porque os governos, para fiscalizar, contratam fiscais e criam entidades cuja função é dar suporte à fiscalização. No entanto, o governo não sabe se o fiscal está fiscalizando ou não. Esse modelo foi desenvolvido a partir das relações de trabalho onde, por exemplo, uma empresa tem uma vaga aberta e coloca no jornal um anúncio dizendo que existe vaga para aquela determinada função. As pessoas se candidatam a essa vaga e mostram seus currículos. Na análise dos currículos todo mundo é perfeito, ninguém tem defeito. Todos são especiais para essa vaga. Quando a empresa escolhe um desses candidatos para preencher a vaga não sabe se essa pessoa vai dedicar esforço ou não para a função. Pode perceber o resultado, mas não o esforço.

A fiscalização envolve um problema de seleção adversa porque nós não temos como fiscalizar perfeitamente. Não existe nenhum método de fiscalização que seja perfeito. Todos eles envolvem o manuseio de uma informação que é incompleta. A entidade, o órgão, não sabe, não consegue identificar, quem são os bons fiscais daqueles que são os maus fiscais, no sentido de produtividade, de esforço. Combater corrupção com fiscalização tem esse empecilho, tem esse custo. Os limites dessa abordagem levaram para o desenvolvimento de uma terceira abordagem.

A existência de corrupção, segundo essa linha de pesquisa, está no fato de que entidades ou setores ou secretarias de governo, em algum determinado momento se percebem monopolistas. O funcionário percebe que é o único responsável pela emissão de licença, percebe que tem poder discricionário, tem o poder de decidir quem vai receber o bem público, quem vai receber o serviço público. Como ele é monopolista e como existe o problema de falha de fiscalização, aquele bem público sobre o qual ele tem domínio se torna bem privado. E agora tem preço. Se for bem privado tem preço. O preço é o custo da oferta do bem público mais a propina. E para quem quer receber o bem público ou o serviço ele vai cotar, estabelecer um preço. A diferença entre o preço que ele estabelece e o custo de produção é a propina que individualiza no seu bolso. Emissão de passaportes, emissão de licenças municipais, emissão de licenças ambientais, emissão de direitos de importação, tudo que tem valor no mercado, todo papel no qual a sociedade civil percebe um valor, um lucro, passa a ter valor também para o funcionário que se percebe como monopolista.

Para essa linha de pesquisa, o combate tem que envolver também a queda de monopólios dentro do governo, com a competição pela oferta de licenças. O exemplo clássico é: ninguém foi algum dia a uma agência dos Correios enviar uma carta para sua mãe ou para seu pai se deparou com uma demanda por propina. Por que quando vamos pedir um financiamento percebemos que nos é demandada propina, mas quando enviamos correspondência não nos é demandada propina? A resposta desta linha de pesquisa vai dizer: envio de correspondência tem competição. Se você vai enviar uma correspondência e percebe que estão demandando propina sai da agência e caminha duas quadras até onde tenha outra agência dos Correios. Com financiamento, não é possível: existe apenas um setor que libera o financiamento e dentro do setor somente uma pessoa é responsável pela liberação do financiamento. Em determinado momento, essa pessoa percebe que pode cobrar por isso: ela tem o monopólio. Portanto, o representante da sociedade civil não tem alternativa. Ele sabe disso e paga pela liberação do que deseja, o leva a uma discussão: será que corrupção não é bom para a sociedade?

No debate econômico, até os anos 60, a idéia que se tinha era de que a corrupção era um bem para a sociedade, não era um mal. A corrupção facilitava o crescimento econômico e não dificultava. Portanto, não deveria ser combatida.

Se o Estado é construído em cima de normas extremamente rígidas, em cima de instituições extremamente rígidas, quando o empresário procura esse órgão público e se depara com um funcionário "desonesto", ele está encontrando o melhor dos mundos. Porque encontra no funcionário que aceita participar da relação corrupta a pessoa que vai resolver todos os seus problemas. É ele quem vai fazer com que o processo ande, que o seu pedido, a sua demanda, não seja apenas mais um papel em cima da mesa, mas que isso tenha seguimento dentro dos órgãos.

Nesse caso, o funcionário honesto é o pior dos mundos para o empresário, que precisa de algum funcionário que aceite a propina. Ele precisa buscar alguém que aceite essa relação, que não sabe quem é, mas deve procurar dentro do órgão a pessoa certa que aceite essa relação. Porque essa pessoa vai transformar o investimento em realidade, vai tornar o empréstimo possível. O empresário tem um custo de tempo muito alto, não tem muita paciência, quer transformar logo o seu projeto em realidade. Quando se depara com uma instituição que não tem a agilidade do setor privado, quem resolve o problema dele, quem dá eficiência para ele é o corrupto e é por isso que ele não se queixa. Empresários não se queixam, não fazem movimento contra a corrupção no setor público. Eles se beneficiam dela, precisam dela.

Antes dos anos 80 o termo usado era que a corrupção seria o 'lubrificante', o 'azeite' que iria tornar as engrenagens perfeitas. Então precisaria um pouco de corrupção para que a máquina funcionasse. Essa é uma expressão comum em textos do período entre 1960 até meados dos anos 80. Todo país que cresceu teve, na sua história, processo de corrupção, conviveu com isso e só foi resolver depois que cresceu. Então corrupção não entrava desenvolvimento econômico. Qualquer país do mundo, no início de seu período de crescimento econômico, precisou de corrupção, tolerou a corrupção. Depois que a renda atingiu níveis elevados, que o desenvolvimento econômico e social fosse obtido, a sociedade estaria madura para combater a corrupção.

Nos anos 80, muda o debate, começa a haver novas as primeiras evidências de que, ao contrário do que se pensava, corrupção não estimula o crescimento econômico, porque corrupção não é apenas um problema de transferência de dinheiro. Todo investimento público, todo gasto público, toda transação que envolve corrupção acaba envolvendo o uso ineficiente do recurso. Isso faz com que as pessoas invistam mal o seu dinheiro. O investimento só aconteceu porque se buscou propina, alguém que aceitou a relação de corrupção que sem ela não se daria. Esse investimento é ineficiente, não deveria estar acontecendo. Ao acontecer gerou um desperdício de recursos e a economia vai passar a crescer menos. A partir dos anos 80, portanto, a abordagem econômica muda completamente e passa a ver na existência da corrupção uma das explicações para por que alguns países são ricos e outros países são pobres. Os países mais corruptos são os países que têm menor renda per capita e os países que menos crescem ao longo do tempo.

As últimas evidências demonstram que existe uma atividade chamada rent-seeking, 'caçar renda' na sociedade, que dificulta o crescimento econômico. Ao perceber isso, desenvolvem-se habilidades para o capital político e não para o capital humano. Diminuem de importância as vantagens técnicas do projeto e ganham importância as vantagens políticas do projeto. Os projetos escolhidos dessa forma vão gerar uma renda menor ao longo do tempo.

Com base nestes termos, nessa percepção teórica, a partir dos anos 90 começaram a surgir evidências empíricas. Os primeiros trabalhos tentam capturar qual é a evidência empírica para a relação entre percepção de corrupção e crescimento econômico. Corrupção é muito difícil de medir. Algumas formas são utilizadas com frequência, como denúncias em jornais, indicadores de corrupção, mas a mais utilizada e aceita é o índice calculado pela transparência internacional, chamado Índice de Percepção da Corrupção, que captura como a sociedade percebe a corrupção no país. Este índice é de percepção, não é um índice efetivo de corrupção.

A partir da construção desse índice e da comparação mundial foi possível estimar evidências empíricas para a relação entre corrupção e crescimento econômico. Assim, a partir da década de 90 temos os primeiros trabalhos empíricos, do italiano Paolo Mauro, que mostram que corrupção reduz a taxa de investimento. A

idéia é: países com maior corrupção desestimulam o investimento privado, porque o sucesso do empresário não é mais o sucesso do projeto, depende das relações pessoais. Portanto, não tenho que contratar um bom engenheiro: tenho que contratar uma pessoa que conheça os contatos, que tenha uma agenda com muitos telefones, que saiba quem é quem dentro do governo. Uma agenda dessas vale mais do que um engenheiro. Nesse ambiente, o empresário investe menos, o risco é maior. Como aumentou o risco, tem que aumentar a remuneração do investimento e a taxa de juros sobe.

Uma pesquisa feita 2001 mostra que a cada 1% de aumento no índice de corrupção existe uma redução de 0,72% da taxa de crescimento. Brunetti e Weder, pesquisadores do Banco Mundial não acharam em 1997 nenhuma relação significativa. E Paldam, outro economista do Banco Mundial, achou em 1999 uma relação fraca e insignificante entre corrupção e crescimento econômico. Temos resultados para todos os gostos. O fato é que uma relação consistente e robusta entre crescimento econômico e corrupção ainda está sendo buscada.

Alguns outros trabalhos são de Vito Tanzi, economista do FMI e do Banco Mundial que identificou o seguinte: primeiro, corrupção está relacionada com o investimento público. Quanto maior é o orçamento do governo, maior é a percepção de corrupção. Para ele, é evidente que governos muito grandes estariam envolvidos com maior corrupção. Segundo, uma evidência empírica: países que têm maior corrupção têm menor arrecadação tributária - corrupção está relacionada com menor qualidade da infra-estrutura. Quanto maior for o percentual de corrupção, quanto mais fiscais corruptos houver, menor será a arrecadação do estado, menor será a arrecadação do município.

O fiscal chega na loja e não autua a empresa: recebe a propina e volta para casa. Assim o município não arrecada ou arrecada menos. Como tenho de um lado menor arrecadação e de outro maior orçamento, tenho déficit público. Países mais corruptos têm maior déficit público, porque que de um lado está fazendo projetos maiores e dentro destes projetos maiores orço um valor que é meu. Quanto maior for o projeto, mais eu ganho. Por outro lado, o país está arrecadando menos. Isso vai fazer com que esse país persista em déficit público, tenha dificuldade para controlar déficit público. Como uma consequência, quanto maior for o déficit público, maior será a taxa de inflação. Países mais corruptos têm dificuldade para controlar a inflação porque têm emissão de moeda para financiar o déficit público; mais moeda em circulação vai acabar gerando inflação. Essas são as evidências empíricas existentes até meados de 2000.

Quais são as críticas a esses resultados? A maior crítica é que esses resultados são estatísticos. Resultado partindo apenas de uma relação estatística pode não representar uma relação de causalidade. Em outras palavras falta um modelo que explique esses resultados. Ele só é número, falta o modelo que represente essa causalidade. Pode ser que estes resultados sejam falsos, por isso, busca-se um modelo teórico que explique esses resultados empíricos.

Estes são os modelos que comentei antes: da corrupção como crime, do problema do agente-principal e do monopólio no setor público. Estes são os modelos mais atuais em Economia que tentam explicar aqueles resultados empíricos. Nenhum deles se sobressai aos outros. Todos eles, juntos, conseguem dar uma resposta boa para a existência de corrupção. Um único não consegue explicar toda a existência da relação corrupta.

Como tenho trabalhado neste tema desde 2000 desenvolvi um modelo teórico chamado de Equilíbrio Geral. É o modelo que, ao mesmo tempo, insere causas e consequências. Até esta evolução tínhamos ou causas ou consequências. O que eu fiz foi jogar no mesmo problema causa e consequência, para que esse modelo automaticamente me demonstrasse as causas e me reportasse as consequências da corrupção.

Primeiro as causas. Qual a análise empírica para os determinantes da existência de corrupção (determinantes econômicos, principalmente)? Usei uma amostra de 70 países de todos os continentes, uma amostra bastante ampla, no período de 1995 a 1999. Estava tentando encontrar uma relação para variáveis que explicassem o Índice de Corrupção Percebida da Transparência Internacional. Quais as variáveis utilizadas? Renda per capita, para tentar checar aquele papo de corrupção ser uma fase do país - e todos eles passaram por isso. Então como é que resolvemos? Temos que gerar renda; crescendo vamos automaticamente resolver o problema. Corrupção é temporária. E temos abertura comercial, impostos, tamanho do governo, subsídios, salário.

Esta variável "salário" significa o seguinte: para uma mesma função, qual a relação entre o salário do setor público e o salário do setor privado? Tentar encontrar uma evidência de que (tal qual aquela Teoria do Crime, de que corrupção é uma consequência racional), se aumentar o benefício, se aumentar o custo de ser corrupto, existe uma menor corrupção. Um dos custos é que seu for pego e demitido perco o bom salário. Então não posso me envolver em corrupção porque, se eu for pego, vou ter que trabalhar no setor privado, onde o salário é menor. A idéia é essa. Geralmente, todo e qualquer sindicato pede salários maiores para evitar corrupção. Como é que evitamos que fiscais sejam corruptos? Aumentando o salário. Se não puder pagar todos bem, pague bem os fiscais, porque haverá menor incentivo a corrupção. Não sei se é verdade, estou tentando encontrar uma relação.

Liberdade civil: o fato de um país ter maior liberdade civil tem alguma relação com a corrupção? Democracia: imprensa, número de jornais em circulação por habitante. A competição na mídia ajuda ou não a combater a corrupção? Fração etnolingüística: qual é a probabilidade de duas pessoas se encontrarem num país e não conseguirem se comunicar? Em países africanos com grupos étnicos muito distintos, a probabilidade de que duas pessoas se encontrem e não consigam se comunicar, se compreender, é relativamente alto. Nesses casos, quando um grupo chega ao poder passa a exterminar o outro. Uma das formas de extermínio é o extermínio econômico. Eu chego ao poder e governo somente para o meu grupo social, o meu grupo étnico. Para os meus inimigos deixo nada, não faço projetos, não libero vagas, etc. Direito Francês: queremos saber se o nosso Direito, que tem origem no Direito francês, possui alguma relação com a corrupção. A idéia é que o Direito anglo-saxônico tolera menos corrupção do que o direito francês. Religião: se o fato de o país possuir uma predominância religiosa protestante, católica ou budista afeta, de alguma forma, a percepção de corrupção dos países. Essas foram as variáveis que testei.

Entre os países que fazem parte da amostra vocês vão encontrar de todos os continentes, das mais diversas rendas per capita. O que limitou a amostra? Os países que tinham dados sobre esse período de 1995 a 1999. Fatores não determinantes: quais as variáveis que sistematicamente não tinham nenhuma relação com corrupção? Origem étnica: aqui se eliminam respostas de que existe corrupção porque é uma questão cultural. O fato de um país ter origem portuguesa, alemã, anglo-saxônica, portuguesa, árabe ou asiática não tem nenhuma relação com corrupção. Direitos políticos: também não mostraram nenhuma relação. Democracia ou ditadura, há corrupção em qualquer tipo de país, por maiores ou menores que sejam os direitos políticos. Religião: também não apresentou uma relação determinante. Salário do setor público em comparação com o setor privado também foi deficiente, não conseguiu demonstrar alguma relação. Países cuja relação é maior, por si só, não conseguem explicar o fato de ter menor percepção de corrupção, por si só não é suficiente.

Entre os fatores determinantes da corrupção estão: 1. Renda per capita: quanto maior é a renda per capita, menor é a percepção de corrupção. Parece que realmente corrupção é algo que acontece em todos os países em processo de desenvolvimento. Atingindo uma renda per capita alta, a sociedade passa a combatê-la, mas até atingir essa renda per capita maior, a sociedade tolera a corrupção. Tolerar ou a usa para crescer. 2. Abertura comercial: quanto maior for a abertura comercial, menor é a percepção de corrupção. Quanto mais políticas industriais nós temos, política setorial, maior é a corrupção, porque essa política passa a ter um valor no mercado, o empresário passa a buscar participar dessa política. Quando o governo limita a importação ou aumenta o imposto da importação para algum setor, isso acontece. Imaginem que o setor de vinhos no Brasil tem uma competição muito forte com o vinho argentino e o vinho chileno e o governo faz uma política para dar maior competitividade a alguns setores industriais. Quanto vale para o empresário do setor vinícola fazer parte desta lista? Vale bastante, vale muito. Ele pode ir até Brasília e tentar, de forma corrupta, botar o seu setor dentro da lista daqueles cujo produto importado vai pagar um imposto maior. Quando a abertura comercial é maior, quando temos menos políticas comerciais, a incidência de corrupção é menor. 3. Imposto de importação: quanto maior é o imposto de importação, maior é a percepção de corrupção. 4. Gastos do governo: quanto maior for a participação do PIB nos gastos do governo, maior será a percepção de corrupção. Orçamentos muito grandes criam oportunidades para relações corruptas. 5. Liberdade econômica: envolve desde liberdade para comprar e vender moeda estrangeira, câmbio livre, liberdade para fixar preço (não existe preço estabelecido por lei), liberdade para produzir, liberdade para importar. Quanto maior for a liberdade econômica, menor será a percepção de corrupção. 6. Crédito para o setor privado: quanto maior for o crédito oferecido para o setor privado, menor será a dependência do empresário do crédito público e

também menor a incidência de corrupção.

Essas variáveis são aquelas que seguidamente mantiveram uma relação robusta com o resultado. Isso levou ao que eu chamei de Equação da Corrupção. Essa equação envolve apenas variáveis econômicas porque, na minha limitação, na minha arrogância como economista, o modelo só usa variáveis econômicas. Então não posso inserir uma variável que não seja quantitativa. Isso limitou muito o meu modelo, mas entre fazer nada e fazer uma coisa limitada escolhi fazer uma coisa limitada.

Essa minha Equação da Corrupção envolve renda per capita, abertura comercial, gasto do governo e imposto de importação. As demais variáveis que eu apresentei na tabela não apareceram depois nos resultados porque não têm uma relação robusta. Em alguns casos apresentaram uma relação, em outros casos não. As variáveis robustas passaram por mais de 60 exigências. O sinal permaneceu o mesmo sempre.

O segundo passo era estimar as conseqüências. As causas econômicas estão aí: para encontrar a conseqüência da corrupção precisei usar um modelo matemático chamado Modelo do Equilíbrio Geral Computável. Esse modelo funciona da seguinte forma: colocamos nele a contabilidade nacional do país e pedimos que o modelo represente as relações na sociedade, de tal forma que gere esses mesmos resultados. Então colocamos matematicamente uma equação para firma, outra para consumidor, outra para governo. Imputo valores, que estão na contabilidade social do país, e ele tem que resolver de tal forma que reproduza essa mesma tabela. Isso seria calibrar o modelo: a partir dos dados que insiro, ele deve simular relações que gerem os mesmos resultados. O meu período foi de 1994 a 1998. Calibrei o modelo para 1994 e pedi que ele previsse 1995, 1996, 1997 e 1998. Dado que aprendemos tudo sobre 1994 ele prevê os anos seguintes. Como a corrupção entra no modelo? Reduzindo a rentabilidade do capita: quanto maior for a corrupção, menor é a rentabilidade do capital. Isso vai fazer com que o crescimento econômico diminua.

Tenho assim o cenário-base: 1994 foi o ano que calibrado com PIB, consumo, investimento, gasto do governo, exportação, importação, balança comercial. Calibrado o modelo, ele também achou o volume de recursos envolvidos com corrupção a partir daquela equação que inseri. Para 1994 teríamos R\$ 39 bilhões envolvidos em relações corruptas, o que representaria aproximadamente 11% do PIB.

Já que tínhamos as estimativas para 1994 pedi os quatro anos seguintes. A relação se manteve estável. A partir dos dados básicos, esse modelo reproduz uma estabilidade nas relações corruptas, que se mantêm ano após ano. Isso indica que não estamos entrando numa espiral de corrupção sem controle, mas também indica que não estamos conseguindo diminuí-la. Estamos num patamar estável de relações corruptas entre sociedade e governo. E 11% do PIB é um resultado que achei bastante razoável, porque ele diz o seguinte: não somos a Finlândia, mas também não somos o Paraguai. Se desse 80% do PIB com relações corruptas, eu iria achar muito esquisito. Se desse 1%, também iria achar muito esquisito. Mas 11% me satisfaz, faz pensar que esse resultado não é tão ruim assim. Apesar das limitações do meu modelo, ele tem alguma coisa próxima da realidade.

Quanto custa para o país essa corrupção? Neste quadro, a evolução do PIB está em azul, imaginando que o país não tivesse corrupção, que tivesse combatido completamente a corrupção. A partir daí o modelo simula os quatro anos seguintes. Em 1994, meu cenário base, e os restantes dão a dinâmica do modelo. Depois pedi que o programa fizesse mesma coisa, mas inserindo a corrupção. A coluna em vermelho começa a se distanciar da coluna em azul. O crescimento econômico com corrupção começa a ser menor do que sem corrupção. Mas essa distância não é tão significativa para quatro anos, a diferença no PIB não é tão significativa quanto eu esperaria.

Eu me perguntei por que o modelo deu tal resultado. Por que o PIB sem corrupção não é tão maior do que o PIB com corrupção? E me dei conta de algumas conclusões importantes. Quando temos uma relação corrupta temos uma má aplicação do dinheiro, mas o dinheiro não some, não vai parar num banco na lua: ele fica no sistema, está circulando. Se uma prefeitura faz licitação para uma ponte e essa licitação se dá de forma corrupta, a ponte é construída. A licitação foi corrupta, mas a ponte vai ser construída, máquinas vão ser compradas, cimento vai ser comprado, salário vai ser pago. Isso movimenta a economia. Bem ou mal, o dinheiro corrupto movimenta a economia, está na economia. No curto prazo, o PIB não diminui tanto.

Quatro anos é um tempo de curto prazo. No curto prazo, o efeito da corrupção é relativamente pequeno. O custo é no longo prazo: no longo prazo, essa ponte vai ter de ser reconstruída, porque vai começar a rachar. E no longo prazo vamos perceber que aquela licitação que se deu com base na corrupção causou um custo, que é usar dinheiro público para fazer alguma coisa que já deveria ter sido feita. É quando as paredes das escolas começam a cair, quando os telhados começam a desabar, quando o asfalto começa a apresentar buracos pouco tempo depois de inaugurada a pavimentação, que temos o custo. No início, o custo é muito pequeno, mas os próximos anos é que vão somar o custo.

Bem ou mal, a corrupção gera emprego, investimento, circulação de dinheiro, faz com que pequenas atividades se desenvolvam, que a economia cresça também. Mas ela cresce um pouquinho menos. No longo prazo, o efeito é maior e a desigualdade é grande, porque se tem uma infra-estrutura de péssima qualidade, recursos públicos sendo utilizados de forma ineficiente, e começa a pesar para sociedade.

Depois que cheguei a esses resultados tentei fazer duas simulações. Imaginem que o governo aumente a alíquota do imposto de importação de todos os produtos - um aumento linear de 20%. Quanto gero mais de corrupção? O efeito sobre o volume de corrupção é relativamente pequeno. No último ano há um aumento de 0,31% indicando o seguinte: qual o canal a corrupção mais usa? Para onde a corrupção flui melhor? Não é via política comercial.

Na segunda simulação aumentamos em 20% o gasto do governo. Em 1994 mandei o governo gastar 20% a mais e novamente pedi a previsão para 1995, 1996, 1997 e 1998. Em 1998 há um aumento de 16% no volume de corrupção. Logo, se tivesse que dizer qual é o canal pelo qual a corrupção flui melhor, a resposta seria: o orçamento. Entre política e orçamento, a resposta está no orçamento.

Finalmente, analisamos quanto isto custa por pessoa. A preços de 1998, essa existência de corrupção teria um custo de aproximadamente R\$ 360,00 per capita. Convertendo para 2007, isso vai gerar um valor de R\$ 1.000,00 por ano per capita - pouco menos de R\$ 100,00 por mês. É a mesma que dissesse para vocês que, por causa da existência da corrupção, porque toleramos corrupção, cada um de nós paga um imposto a mais - o "imposto- corrupção". Todo ano somos taxados em R\$ 1.000,00 para cobrir esse déficit existente por causa da corrupção. Ou porque o mesmo projeto deve ser refeito ou porque o projeto foi feito com custo superior ao preço - superfaturado -, que gera para a sociedade um custo anual de R\$ 1.000,00. Se não existisse corrupção quanto nossa renda aumentaria? No curto prazo, iríamos ter uma sensação de um aumento de renda de R\$ 1.000,00 ao ano.

Talvez por esse custo ser relativamente pequeno a sociedade tolera e aceita a corrupção, vota em políticos corruptos desde que, no curto prazo, gerem para ela uma renda. Se o eleitor tem uma visão de curto prazo, de quatro anos - e isso dá mais ou menos um ciclo eleitoral - individualmente pode valer a pena existir corrupção. Porque a sociedade percebe o benefício do curto prazo, mas não percebe o custo do longo prazo, que vai recair para as próximas gerações. Provavelmente, muitos não vão mais estar vivendo. E o sujeito diz: "eu internalizo o benefício agora e deixo o custo para os meus filhos; as próximas gerações não me interessam; vai ser um problema deles". Em parte, resolver o problema da corrupção passa pela necessidade de ampliarmos nossa visão e passarmos a nos interessar pelas próximas gerações. Isto também inclui uma reeducação.

Em um país onde a inflação era muito alta - cresci com inflação alta, vocês cresceram com inflação alta -, ninguém se preocupava com um ano, dois anos: o mês seguinte era o limite. Recebíamos o salário e usávamos todo de uma vez no supermercado. Se deixasse de comprar, perdia. A regra era não pensar no futuro, pensar só no presente, ninguém fazia planejamento: devíamos ter um bom gerente financeiro. Produção, planejar - isso era para países ricos. Para quem convivia com inflação só restava entrar na ciranda financeira.

Mas nós combatemos a inflação: a geração de hoje não sabe o que é inflação, os alunos que tenho na faculdade não sabem o que é inflação. Cresceram depois de 1994 e não sabem o que é faltar alimento no mercado, não sabem o que são preços congelados. Essa geração deve ter uma valorização maior do futuro. Para eles, o futuro é mais importante que o presente. A nossa geração foi educada a valorizar o presente e o futuro um dia vai chegar, um dia estaremos mortos, quem sabe alguém pague a minha despesa. Esse é o desafio da nossa sociedade.

O que sabemos? Se existe algum aspecto que é quase consenso seria que corrupção não é um problema de indivíduo, de falha de valores morais, falha ética. Isso é um resultado que está aparecendo nos trabalhos. Temos que esquecer do indivíduo e tentar entender quais são os incentivos ou políticas que estimulam ser corrupto ou não ser corrupto. Isso nos ajuda a entender que a escolha de participar ou não de uma relação corrupta deixa de ser uma consequência da racionalidade do indivíduo. Ninguém é pior ou melhor do que ninguém. Estando na mesma situação, pessoas diferentes escolheriam ser corruptas, passa a ser racional ser corrupto. O irracional é não ser.

Uma segunda questão importante - um desafio - é combater monopólios no governo, tentar criar mecanismos para que diferentes secretarias tenham competição pela oferta de bens que sejam substitutos. Se tenho necessidade de uma licença e se o setor X me cobrar uma propina, sei que posso procurar o setor Y que vai me oferecer uma licença alternativa à do X. Isto diminui as oportunidades para que alguém demande propina. Em vez de ter um setor que ofereça um único documento, este documento pode ser oferecido por diferentes setores. Isso envolve modificar instituições, que é um processo lento e de longo prazo, que começa com pequenos detalhes, pequenas mudanças. Com o passar do tempo, a nova geração terá um setor público diferente.

O que não sabemos - muito mais do que sabemos? Por exemplo: como estudamos corrupção em municípios? Esse é um campo completamente vazio. O único indicador de corrupção que existe dito confiável é o indicador nacional. Quando usamos esse indicador, implicitamente estamos dizendo que a corrupção é homogênea. Não importa o município, não importa o estado, não importa a região - a percepção de corrupção é a mesma. Em um país como o Brasil, isso não tende a ser verdade. Questões regionais devem influenciar a percepção de corrupção e talvez tenhamos problemas diferentes, em regiões diferentes. Mas não temos nenhuma pesquisa sobre percepção de corrupção em municípios. Como é que o habitante de um município percebe a corrupção nos órgãos com os quais ele se comunica? Isso envolve secretarias, empresas de distribuição de água, órgãos públicos que o cidadão procura mais.

Como consequência da falta de um indicador municipal, não temos uma análise regional espacial. Como o espaço influencia? Existe uma abordagem da economia que valoriza o espaço. O espaço é importante e quer dizer "os vizinhos". O fato de o meu vizinho ser X ou Y muda o meu comportamento. Se sou um município que só tem ao redor municípios que fiscalizam muito, acabo fiscalizando também. Talvez as questões espaciais, regionais, sejam importantes na corrupção. Isso envolve a participação em consórcios municipais, que dão um caráter regional para a gestão.

Educação: nós ouvimos e dizemos que educação combate corrupção. Então quanto mais educada for a população, menor será a percepção de corrupção. Isso nem sempre é verdade. Tenho um trabalho nessa área que mostra a relação inversa: quanto maior é a educação maior é a corrupção. Por quê? Imagina o seguinte: você investiu 15 anos em educação, 15 ou 20 anos na qualificação, e pode escolher o que fazer com esse capital humano. Se o maior retorno for se envolver com corrupção, você vai procurar entrar no governo para ganhar dinheiro com o governo. Existem pessoas altamente qualificadas, com salários elevados, envolvidas em corrupção. Meu primeiro trabalho que tenta encontrar uma relação entre educação e corrupção mostra que educação combate a corrupção dependendo da instituição do país. Se as instituições forem fracas e aceitarem, tolerarem, a corrupção o indivíduo investe dinheiro e se qualifica para usar o Estado a seu favor. Ele não vai mudar o Estado, ele é qualificado, mas não quer mudar o Estado, quer se beneficiar e vai usar toda a sua habilidade, todo o seu conhecimento, para isso. Lembro sempre que esse é um resultado parcial e sujeito a todas as críticas possíveis.

Outro ponto: qual é o papel da transparência na gestão pública e no combate à corrupção? Durante muito tempo, foi exigida transparência dos órgãos públicos e foi dito que uma das poucas ferramentas que o gestor teria para combater corrupção era a transparência. Essa relação não está muito clara. É possível que, em alguns casos pelo menos, quando a transparência for excessiva, eu esteja facilitando o corruptor, porque ele sabe exatamente com quem ele deve falar para conseguir o benefício. Quando o governo, a gestão pública, explicita como acontece, sei com quem tenho que falar. Isso diminui o risco de entrar na Secretaria e falar com a pessoa errada e, em vez, de conseguir o benefício, ser penalizado. Para o empresário, não pode haver dúvidas sobre com quem falar. O empresário está disposto a pagar para quem facilitar o trabalho dele, mas ele não pode ter dúvidas sobre quem é a pessoa que vai resolver o problema.

Se houver algum risco, ele não vai correr esse risco. Por isso, alguma incerteza tem que existir na decisão pública. Essa relação entre transparência e corrupção também ainda é uma questão aberta, que demanda trabalhos para identificar onde podemos e devemos ter maior transparência e onde, ou em que processo, não podemos ter muita transparência.

Por último, qual é a melhor estrutura de fiscalização? Isso envolve o problema do agente principal, o fato de que não existe uma fiscalização que seja perfeita: existe sempre uma falta de informação. Precisamos descobrir que tipo, qual é a estrutura de fiscalização que tem o melhor resultado. A abordagem econômica dá uma importância menor para a fiscalização, mas a abordagem contábil-jurídica dá um enfoque maior para a necessidade de fiscalização. Fiscalização é importante, mas não é qualquer fiscalização. Existe uma estrutura fiscalizadora que obtém os melhores resultados. Que tipo de contrato devo oferecer para que um fiscal escolha ser um fiscal com baixa probabilidade de aceitar ou tolerar relações corruptas? Que benefícios devo dar para ele, ou que custos devo dar para ele, de tal forma que racionalmente ele escolha não participar de relações corruptas, que são relações de cooperação? Existe um tipo de contrato, onde ele responde: "a melhor coisa que posso fazer é denunciar isso". Temos que pesquisar este tipo de contrato - onde ele não usa esforço para fiscalizar porque sabe que alguém está fiscalizando. Se ele faz isso voluntariamente, a melhor coisa que pode fazer é se empenhar na fiscalização. Isso envolve dar a ele o incentivo correto, que deve estar no contrato que recebe. Que contrato é esse? Não sei. Mas temos que estudar contratos e os incentivos quando assinamos contratos.

Espero que vocês não fiquem desanimados com todas essas perguntas em aberto. Tenho poucas respostas e muitas dúvidas. Algumas solucionaram questões que eu tinha, mas a cada pergunta respondida abrem-se novas perguntas e isso aumenta o leque de pesquisa. Não existe uma resposta fácil para como combatemos ou desestimulamos a corrupção. Mas existe uma trajetória de trabalho que, tenho certeza, daqui a 15 ou 20 anos, nos permitirá responder a muitas perguntas que hoje estão abertas e entender formas de evitar a incidência de corrupção na sociedade. A corrupção existe há muitos anos. Diversos livros, das mais diferentes épocas, mencionam a incidência de corrupção. Somente isso já é suficiente para termos a idéia precisa de que combater ou desestimular a corrupção é uma tarefa árdua para qualquer governo, de qualquer aspiração ideológica ou religiosa. É tarefa que demanda muito esforço.

Para finalizar, existe uma questão importante que não mencionei anteriormente, que é como a sociedade percebe a corrupção. Aqui no Brasil é muito comum, no final de ano, nos darmos presentes. Todo e qualquer chefe que exerce uma função pública recebe um monte de presentes - agendas, garrafas de whisky, viagem, enfim, as empresas dão presentes. A nossa tradição aceita e considera isso como uma solidificação de uma relação social que foi construída ao longo do ano. No final do ano damos presentes para pessoas queridas e isso também vale entre as instituições. Só que em alguns países isso também é corrupção. A sociedade não aceita que representantes do governo recebam presentes. Isso é visto como corrupção do pior nível - constatada a denúncia, o envolvido deve pedir demissão, o que ajuda a reduzir a impunidade. No Brasil, pensamos apenas em punição-prisão. Em alguns países, a punição é alternativa. Citando um caso exótico, em alguns países asiáticos todo funcionário que é descoberto participando de uma ação corrupta é açoitado em praça pública. Essa é uma pena alternativa: expor o funcionário ao ridículo. Por isso é preciso aumentar o custo para o corrupto e um desses custos é o moral. Antigamente, se alguém fosse demitido, a família tinha vergonha: "Ah, eu fui demitido do governo porque sou corrupto" e a mãe tinha vergonha de sair com o filho na rua nesta situação.

Como é que podemos aumentar o custo moral? Como fazer para que esse custo moral ajude a sociedade a combater ou desestimular a corrupção? Em alguns países, a pena vale para a família. Se você foi condenado por ser corrupto, os seus descendentes não podem fazer concurso público por um certo número de anos. A pena não é só para você, mas também para familiares seus, pessoas cujo bem-estar você valoriza. Se você valoriza o bem-estar do seu filho, deve tomar ciência que, ao se corromper, estará penalizando não somente a você, mas também ao seu filho. Nos países onde há o custo moral, uma forma de aumentar os custos foi a família voltar a rejeitar aqueles membros que eram corruptos, porque uma quantidade muito grande de corruptos na família faz com que ela fique mais pobre ao longo do tempo, deixa de ser aceita socialmente. Essa é uma pena alternativa - não se penaliza apenas o indivíduo, mas também aos seus familiares.

Agradeço a atenção que vocês deram, a presença de vocês aqui. Agradeço muito o fato de vocês não

terem saído no meio da apresentação, cansados. Estou aberto para continuar discutindo e conversando sobre algumas questões que tratei muito rapidamente ou mesmo novas questões. Quero agradecer o Dr. Lino Martins e à Controladoria Geral por esta experiência. E quero receber comentários, críticas, sugestões, para que possa, daqui a um ano, ter novas evidências, novos trabalhos que respondam algumas destas questões hoje ainda abertas. Muito grato.

[Expediente](#)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Subcontrolador de Gestão: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Cadernos da Controladoria

Organização de Eventos: Graça Louzada

Administração de Eventos: Vanda Pastro

Edição de Texto: Sonia Virgínia Moreira

Editoração, Capa e Fotos: Gabriel Campano

Transcrição de Áudio: Flavia Astorga

Versão Online: Renato Gomes